

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.722 - SP (2019/0267618-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : INSTITUTO MEDICO DE COTIA LTDA
ADVOGADO : OSIEL REAL DE OLIVEIRA - SP246876
AGRAVADO : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
OUTRO NOME : CRUSAM CRUZEIRO DO SUL SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA S/A
ADVOGADOS : DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA - SP017513
LUÍS GUILHERME AIDAR BONDIOLI - SP161874
GUILHERME GASPARI COELHO - SP271234

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Apelação. Ação monitória. Contrato de prestação de serviços. Não comprovação da prestação dos serviços objeto da lide. Fato constitutivo do direito do autor/embargado não verificado. Sentença reformada. Recurso provido." (e-STJ, fl. 1961)

Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados (e-STJ, fls. 2007/2012).

Nas razões do recurso especial, os agravantes alegam violação aos arts. 371, 489, §1º, inciso IV e 1.022, inciso II do Código de Processo Civil de 2015 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) que houve omissão com relação aos fundamentos da razão de decidir, pois não se levou em conta todos os aspectos fáticos nos autos capazes de infirmar a conclusão obtida, (b) que a ação monitória foi instruída com base em notas fiscais geradas pelos serviços prestados, relatórios e depoimentos testemunhais e não em prova escrita produzida unilateralmente pela agravante, (c) que a notificação extrajudicial encaminhada continha tabela com os valores lançados relativos a glosas formalmente realizadas pela agravada que passou a pagar valor a menor do que o devido, (d) que a própria encarregada da agravada testemunhou no sentido de que o procedimento de retenção das faturas era unilateral e arbitrário, (e) que o sistema é alimentado pela agravante, mas quem efetua sua validação é a agravada, não se tratando de informações arbitrárias e (f) que

a prova oral existente nos autos não foi apreciada.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não se verifica a alegada violação aos arts. 489, inciso II e 1.022 do CPC/15, na medida em que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, em especial no tocante a apreciação das provas carreadas aos autos e que levaram a conclusão adotada acerca do mérito da causa (e-STJ, fl. 2009).

De fato, inexistiu omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

Impende ressaltar que, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"*(AgRg no Ag 56.745/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12/12/1994).

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 16/5/2005; REsp 685.168/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 2/5/2005.

Com relação à suposta violação ao art. 371 do CPC/15, o Tribunal de origem concluiu que não restou comprovada a prestação de serviços, pois a prova escrita foi unilateralmente produzida pela agravante, que não se questionaram as glosas apresentadas bem como que restou demonstrado que a agravante cobrava por procedimentos não realizados diante do contexto fático-probatório dos autos, *in verbis*:

"Versa o feito sobre monitoria, fundada na cobrança do valor de R\$ 280.365,08, referente à prestação de serviços não adimplidos pela ré (fls. 36).

A r. sentença apelada, respeitada a convicção do MM. Juiz, deve ser reformada.

É incontroverso nos autos que as partes firmaram o contrato de prestação de serviços médicos e seus aditivos de fls. 22/32,

havendo o autor se comprometido a prestar tais serviços à ré mediante remuneração pecuniária.

Ocorre que o autor não demonstrou a prestação dos serviços médicos objeto da discussão, por essa razão, não pode ensejar a condenação pretendida.

A prova escrita que embasou a ação monitoria foi produzida unilateralmente pelo autor/embargada (fls. 62 e ss.), fato que retira a certeza e exigibilidade do crédito pleiteado na inicial, tornando inadequada a utilização dessa ação para seu recebimento.

(...)

A despeito disso, a embargante/apelante confirmou que pagou apenas pelos serviços prestados de forma incontroversa, vez que quanto ao valor restante apresentou glosa médica contra o embargado, ou seja, é o termo que se refere ao não pagamento por parte das operadoras de planos de saúde, de valores questionáveis contratualmente referentes a atendimentos, medicamentos, materiais ou taxas cobradas pelas empresas prestadoras (hospitais, clínicas, laboratórios, entre outros) e profissional liberal da área de saúde, em prol dos atendimentos dos seus beneficiários.

O próprio autor destaca na notificação extrajudicial encaminhada à ré que restava em aberto o valor de RS 163.759,70, referente às glosas havidas em cada nota/título, o que prova que o autor tinha ciência inequívoca das glosas apresentadas, inclusive seu teor com a indicação de valores, não tendo demonstrado qualquer questionamento ou discordância anteriormente apresentada à ré (fls. 36/37).

O direito de "glosa" (desacordo na avaliação das contas médicas) está expressamente previsto no Anexo III do aditivo ao contrato (fls. 30, parágrafo terceiro):

(...)

Cumpre salientar que o embargado sequer carregou aos autos documentos que comprovassem a efetiva prestação dos serviços médicos hospitalares aos beneficiários da embargante/apelante, bem como evolução dos valores que são cobrados, ônus do qual não se desincumbiu.

Outrossim, a degravação das conversas telefônicas com beneficiários da apelante (mídia em anexo aos autos), atestam que não passaram em todas as consultas pelos quais foram indagados, o que demonstra que realmente o apelado estava cobrando por procedimentos não realizados." (e-STJ, fls. 1963/1965)

Nesse ponto, a decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que no sistema da persuasão racional, adotado pela legislação

processual civil (artigos 130 e 131, CPC/73 e 371, CPC/15), o magistrado é livre para examinar o conjunto fático-probatório produzido nos autos para formar sua convicção, desde que indique de forma fundamentada os elementos de seu convencimento, como ocorreu na hipótese *sub judice*.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A alegação de afronta ao artigo 489 do CPC/15 de forma genérica impede o conhecimento do recurso especial ante a deficiência na fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

2. Segundo a jurisprudência do STJ, ao juiz, como destinatário da prova, cabe indeferir as que entender impertinentes, sem que tal implique cerceamento de defesa. Rever as conclusões do órgão julgador quanto à suficiência das provas apresentadas demanda o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula 7 do STJ.

3. Para rever o entendimento do acórdão impugnado, o qual concluiu que não houve inadimplemento contratual, seria necessário o reexame fático-probatório e a interpretação das cláusulas contratuais, procedimentos inadmissíveis no âmbito do recurso especial, por força das Súmulas 5 e 7/STJ. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1481088/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 12/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO CRÉDITO "CONSTRUCARD". DOCUMENTOS HÁBEIS À PROPOSITURA DA DEMANDA. ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL CONTÁBIL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em ofensa está o art. 1.022 do CPC/2015, haja vista que o acórdão estadual apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos

elementos de prova que entendeu pertinentes. Portanto, não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional.

2. É firme o entendimento do STJ no sentido de que "o magistrado é o destinatário da prova, competindo, portanto, às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da imprescindibilidade daquelas que foram ou não produzidas, nos termos do art. 130 do CPC" (AgRg no AREsp 837.683/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 30/3/2016).

3. A conclusão do acórdão estadual acerca da existência de prova suficiente para propositura da ação monitória, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. A revisão dos fundamentos do acórdão recorrido importaria o reexame de provas. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Capitalização de juros. Pactuação expressa. Possibilidade.

Precedentes do STJ. Súmulas 5 e 7. 5. Ausência de interesse recursal quanto ao não cabimento da cobrança da comissão de permanência, uma vez que o acórdão afastou a cobrança do encargo. 6. Não se pode conhecer do recurso pela alínea c, uma vez que aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, resta prejudicada a divergência jurisprudencial.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1416494/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019)

Ademais, o Tribunal de origem, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, bem como mediante análise soberana do contexto fático-probatório dos autos, entendeu pela ausência de comprovação do direito da agravante, conforme trecho do aresto recorrido supramencionado.

Nesse contexto, efetivamente, a alteração do entendimento proferido no aresto recorrido, na forma em que postulada, demandaria nova análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ, que dispõe: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS. PRETENSÃO DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE TERCEIRA TRANSPORTADORA DAS MERCADORIAS. OBJETIVO. TRANSFERIR

RESPONSABILIDADE DA CULPA A TERCEIRO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. ÔNUS DA PROVA. REEXAME. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se admite a denunciação da lide com fundamento no art. 125, II, do CPC se o denunciante objetiva eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, atribuindo-o com exclusividade a terceiro.

Precedentes.

2. A reforma do aresto hostilizado tal como pretendido pela agravante, com a desconstituição de suas premissas, demandaria alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1483427/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)

Por fim, a incidência da Súmula 7/STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio - por ser inviável a aferição de similitude fática entre os julgados -, e impede o seguimento do presente recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nessa linha, observam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ALEGADA NÃO COMPROVAÇÃO DA CAUSA PARA EMISSÃO DE DUPLICATAS - SENTENÇA E ACÓRDÃO QUE RECONHECERAM A VALIDADE DOS TÍTULOS - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO DEMANDANTE.

1. Demonstrado que o acolhimento das razões do recurso especial torna imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, incide o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

2. A incidência do enunciado nº 7 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

3. O dissídio jurisprudencial deve ser minuciosamente demonstrado por meio do cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os acórdãos apontados como paradigmas, procedimento não observado pela parte insurgente.

Superior Tribunal de Justiça

*4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1137530/MT, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 24/06/2014)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 10% para 11% sobre o valor da causa, observada eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator